
***REAG Distribuidora de
Títulos e Valores
Mobiliários S.A.***

***Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de



REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PRO50377/O-6

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Balço patrimonial em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Notas Explicativas	30/06/2022	31/12/2021		Notas Explicativas	30/06/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	4	78	23	Obrigações Tributárias	8	170	193
Títulos e valores mobiliários	5	1.329	1.263	Obrigações Trabalhistas	9	658	360
Rendas a receber	6	828	1.271	Credores Diversos	10	945	678
Outros créditos	-	107	76				
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		2.342	2.633	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		1.773	1.231
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	7	1.085	633	Cotas no País	11.a	1.300	800
TOTAL NÃO ATIVO CIRCULANTE		1.085	633	Reserva de lucro	11.b	354	1.235
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.654	2.035
TOTAL DO ATIVO		3.427	3.266	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.427	3.266

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas Explicativas	30/06/2022	30/06/2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	12	77	14
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		77	14
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Receitas de prestação de serviços	13	10.744	5.693
Despesa de pessoal	14	(2.746)	(964)
Despesas administrativas	14	(6.739)	(3.671)
Despesas tributárias	14	(822)	(458)
RESULTADO OPERACIONAL		514	614
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		514	614
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(239)	(275)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		275	339
Juros de sobre capital próprio		98	51
Quantidade de ações		800.000	800.000
Lucro líquido por ação		0,34375	0,42375

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Demonstração do resultado abrangente para os semestres findo em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	275	339
Outros componentes do resultado abrangente suscetíveis a reclassificação	-	-
RESULTADO ABRANGENTES DO PERÍODO	<u>275</u>	<u>339</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Demonstração das mutações do patrimônio para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Capital social	Reserva de lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva lucros	Reserva de retenção de lucros		
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2021	800	12	224	-	1.036
Lucro líquido do período	-	-	-	339	339
Juros sobre capital próprio	-	-	(51)	-	(51)
Reserva de lucros	-	17	322	(339)	-
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021	800	29	495	-	1.324
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2022	800	68	1.167	-	2.035
Aumento de capital social	500	(11)	(489)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(559)	-	(559)
Juros sobre capital próprio	-	-	(98)	-	(98)
Lucro líquido do período	-	-	-	275	275
Reserva de lucros	-	14	261	(275)	-
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2022	1.300	71	283	-	1.654

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Lucro líquido do período	275	339
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação	91	44
Imposto de renda e contribuição social corrente	239	275
	<u>605</u>	<u>658</u>
Variação nas contas de ativos e passivos:		
Títulos e valores mobiliários	(66)	(55)
Rendas a receber	443	1.349
Outros créditos	(31)	(624)
Obrigações Tributárias	(23)	(284)
Obrigações Trabalhistas	298	391
Credores Diversos	267	(910)
Imposto de renda e contribuição social pagos	239	(275)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>1.254</u>	<u>250</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(542)	(156)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(542)</u>	<u>(156)</u>
Juros sobre o capital próprio pagos	(98)	(51)
Dividendos distribuídos	(559)	-
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(657)</u>	<u>(51)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>55</u>	<u>42</u>
Demonstração do saldo de caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	23	63
No final do período	78	105
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>55</u>	<u>42</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores ("Lei das S.A."). A Companhia foi constituída em 05 de junho de 2019 e seu registro perante a JUCESP ocorreu em 11 de setembro de 2019.

A Companhia tem sua sede na cidade e Estado de São Paulo, e tem por objeto social:

- (i) Subscrever isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;
- (ii) Intermediar a oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
- (iii) Comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência;
- (iv) Encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários;
- (v) Incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e de pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;
- (vi) Exercer funções de agentes fiduciário;
- (vii) Instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimentos;
- (viii) Constituir sociedade de investimento – capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
- (ix) Realizar operação no mercado de câmbio, conforme legislação em vigor;
- (x) Realizar operações de conta margem, conforme regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;
- (xi) Realizar operações compromissadas;
- (xii) Praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;
- (xiii) Operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixa pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários e suas respectivas áreas de competências;
- (xiv) Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; e
- (xv) Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

1.1 Principais autorizações:

Em 9 de janeiro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia. recebeu autorização junto ao Banco Central do Brasil para operação como instituição financeira.

Em 19 de março de 2020, conforme Ofício CVM nº 243/2020, a Companhia recebeu autorização junto a CVM o registro como representante de investidores não residentes, na forma prevista na Resolução CMN nº 4.373, de 29/9/2014.

Em 13 de abril de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM o registro para exercer a atividade de Escriturador de Valores Mobiliários, nos termos do art. 34, §2º, da Lei 6.404 e da Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013, conforme Ato Declaratório nº 17.808.

Em 2 de setembro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM para prestação de serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários previsto na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, conforme Ato Declaratório nº 18.073.

Em 17 de setembro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM para prestação de serviço de Custódia de Valores Mobiliários, nos termos do Artigo 24 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM nº 452, de 20 de dezembro de 2013, conforme Ato Declaratório nº 18.093.

Em 12 de abril de 2021, conforme ofício nº 103/2021/CVM/SMI/GME, a Distribuidora recebeu autorização a prestar os serviços de custódia física de valores mobiliários não escriturais nos termos da Instrução CVM nº 542/2013.

Em 18 de outubro de 2021, a Distribuidora recebeu autorização pela Comissão de Valores Mobiliários a prestar serviços de agente fiduciário.

1.2 Gerenciamento de Capital – Limites operacionais (Acordo de Basiléia)

O BACEN, através da Resolução nº 4.193/2013 instituiu a metodologia para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e instituiu o Adicional de Capital Principal.

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) correspondem à soma das seguintes parcelas:

I - RWACPAD, relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;

II - RWAMPAD, relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;

III - RWAOPAD, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

O índice de capital apurado para o semestre findo em 30 de junho de 2022 nos termos das referidas Resoluções é de 16,83% demonstrando a boa capacidade de solvência da instituição financeira, quando comparado ao requisito mínimo do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10,5%.

O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital (em R\$ mil).

	30/06/2022
Patrimônio de Referência (PR)	1.395
Risco de crédito (RWAcpad)	2.525
Risco de mercado (RWAmPad)	-
Risco operacional (RWAoPad)	5.761
Somatório dos ativos ponderados por Risco	8.287
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR)	663
Margem de capital	732
Índice de Basiléia	16,83%

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela REAG DTVM, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, Res. 3.566/08 - redução do valor recuperável de ativos (CPC 01 – R1), Res. 3.604/08 - demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 (R2)), Res. 3.750/09 - divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 (R1)), Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25), Res. 3.973/11 - eventos subsequentes (CPC 24), Res. 3.989/11 - pagamento baseados em ações (CPC 10 (R1)), Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23), Res. 4.144/12 - estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil- financeiro (Pronunciamento conceitual básico), exceto nas matérias não conflitantes com os dispositivos do BACEN Res. 4.424/15 - registro contábil e evidenciação de benefícios a empregados (CPC 33 (R1)), Res. 4.524/16 - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 (R2)), Res. 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04 (R1)), Res. 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27) Res. 4.748/19 Mensuração do Valor Justo (CPC 46), e Res. 3.050/19 Resultado por Ação (CPC 41)

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas e aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 05 de agosto de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras.

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o período apresentado nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM
- b) Instrumentos financeiros;
- c) Avaliação do valor recuperável de ativos;
- d) Apuração do resultado
- e) Caixa e equivalente de caixa
- f) Tributos
- g) Imobilizado
- h) Provisões
- i) Receita
- j) Lucro por ação
- k) Resultado recorrente e não recorrente
- l) Estimativa de valor justo

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários (nota explicativas nº 5) adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da REAG DTVM, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativamente e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela ANBIMA, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados pro rata dia, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

b) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

Quando da impossibilidade de atribuição do valor justo de ativos e passivos financeiros por meio de derivações de preço de um mercado ativo, esse é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são provenientes de dados observáveis no mercado, sempre que disponíveis. Caso não existam informações suficientes para a aplicação dos critérios mencionados, são adotados outros parâmetros técnicos e julgamentais, devidamente aprovados na Governança de Riscos da Organização.

c) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia avalia na data de cada balanço, ou quando necessário, se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo (um “evento de perda”), e que aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, Companhia não identificou eventos que indicassem a redução de valor recuperável sobre seus ativos financeiros.

d) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

e) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas – posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (nota explicativa nº 4)

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15%
PIS	0,65%
COFINS	4%
ISSQN	Até 5%

g) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzidos das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo da vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado é contabilizada em Despesas Administrativas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i) Receita

As taxas de administração são baseadas no desempenho (taxas de desempenho), reconhecidas pela prestação de serviços de gestão de ativos e calculadas com base na valorização do valor patrimonial líquido dos fundos, sujeitas a certos limites, como taxas internas de retorno ou taxas de saída, de acordo com os termos da constituição do fundo. As taxas de desempenho, que incluem contraprestação variável, são reconhecidas somente após uma avaliação dos fatos e circunstâncias e quando é altamente provável que a reversão significativa do valor da receita acumulada reconhecida não ocorra quando a incerteza for resolvida.

A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços bem como o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, conforme demonstrado nas políticas de reconhecimento demonstrado abaixo:

- **Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A seguir apresentamos a natureza e a época do cumprimento relacionadas as obrigações de desempenho em contratos com clientes:

Tipo de serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho	Política de reconhecimento da receita
Comissão e estruturação	Comissão sobre colocação e intermediação de títulos no mercado e por diversos tipos de serviços financeiros. Atua na estruturação de produtos financeiros desenvolvimentos especificamente de acordo com as necessidades de cada cliente.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, no momento da colocação do título, por meio de taxas e percentuais de comissão contratuais, sendo também estipulado em contrato a data de pagamento
Administração e gestão dos ativos	Assessora seus clientes em todo os processos de gestão de ativos e administração de carteiras de fundos de investimentos.	O reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelo recebimento mensal de taxas de gestão e administração cobradas pelos serviços prestados.
Assessoria e consultoria financeira	Oferecemos serviços de consultoria financeira e estratégica relacionada a fusões e aquisições, captação de recursos, parcerias estratégicas, joint ventures e reestruturação societária.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, quando há o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato.

j) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de os potenciais ações ordinárias diluidoras.

k) Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. Durante o período de divulgação, não foram identificados eventos considerados como resultado não recorrentes.

l) Estimativa de valor justo

A Companhia classifica o valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos conforme segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os semestres findo em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 – A avaliação utiliza informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 – A avaliação utiliza informações significativas que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os ativos ou passivos remanescentes.
- o valor justo de contratos futuros de taxas de inflação (como arrendamentos) com base nas taxas de inflações futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados ao valor justo em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

	30 de junho de 2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Mensurações ao valor justo				
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	1.329	-	1.329
Total do ativo	-	1.329	-	1.329
	31 de dezembro de 2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Mensurações ao valor justo				
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	1.263	-	1.263
Total do ativo	-	1.263	-	1.263

3. Gestão de riscos

A Administração da Companhia adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações financeiras são mantidas com o objetivo de minimizar o risco de crédito dos ativos da Companhia, bem como proporcionar o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia.

a) Processo de Gestão de Riscos

A Companhia possui processo para gestão dos riscos em que está sujeita por força do segmento de negócio em que atua, sendo acompanhados os seguintes riscos:

- i) Risco Operacional;
- ii) Risco de Estratégia;
- iii) Risco de Reputação;
- iv) Segurança da Informação e Risco Cibernético;
- v) Risco de Liquidez;
- vi) Risco de Mercado;
- vii) Risco de Crédito.

O processo de gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros que compõem a carteira própria é realizado a partir de análise em condições de normalidade e estresse, incluindo acompanhamento de descasamento entre ativo e passivo em relação à exposição em diferentes indexadores e avaliação de impacto no lucro da Companhia decorrente de resultado financeiro inferior ao custo de oportunidade.

A exposição aos riscos de mercado e liquidez é gerenciada considerando-se limites, procedimentos e metodologias aprovados no Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI), composto por diretores da Companhia.

É utilizado, quando aplicável, a metodologia de *Value-at-Risk* (VaR) para o gerenciamento do risco de mercado da carteira própria, mediante a estimação da perda potencial máxima esperada em determinado horizonte temporal com intervalo de confiança estabelecido.

Nível mínimo de ativos líquidos de alta qualidade, com alto grau de conversão em espécie, é mantido para a cobertura da exposição ao risco de liquidez, além de um Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar, controlar e reportar estado de estresse.

Na Companhia o gerenciamento de riscos da carteira própria é realizado de forma segregada das atividades de negócios e de auditoria interna. Riscos de estratégia e de reputação são geridos utilizando-se uma abordagem por indicadores que refletem o nível de risco incorrido pela Companhia em cada uma de suas dimensões, estando alinhado com as políticas internas da Companhia. São definidos limites para tais indicadores de controle, os quais são monitorados de forma a assegurar o gerenciamento proativo da tomada de decisão.

As políticas de gestão de riscos são analisadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

4. Caixa e equivalente de caixa

	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos Bancários	78	23
	78	23

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cotas de fundos de investimentos (*)	1.329	1.263
	<u>1.329</u>	<u>1.263</u>

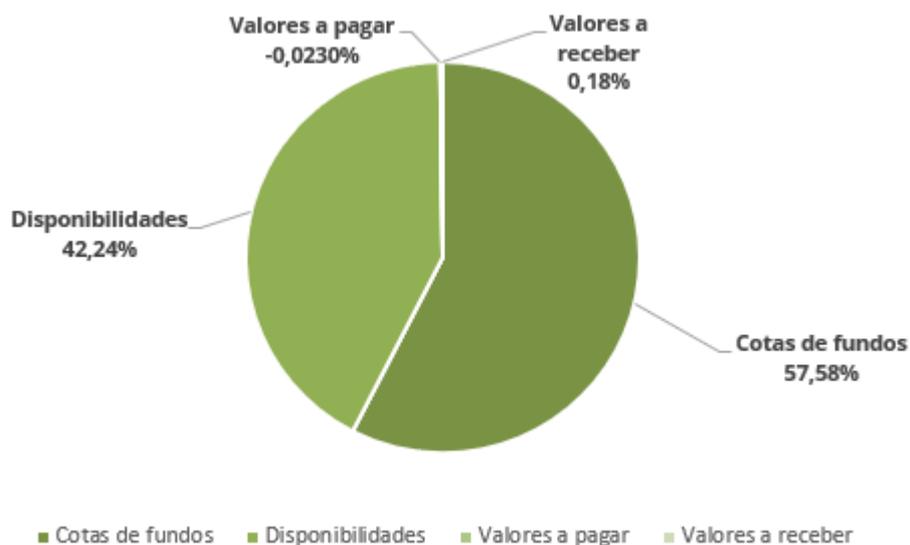
(*) As contas de fundos de investimentos em multimercado possuem liquidez imediata e estão apresentadas a seguir:

Nome do fundo	Administrador	Quantidade de cotas	Valor por cota em 30/06/2022	Valor Total
REAG Cash Fundo de Investimento Multimercado	REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	1.236.621	1,075	1.329
				<u>1.329</u>

Nome do fundo	Administrador	Quantidade de cotas	Valor por cota em 31/12/2021	Valor Total
REAG Cash Fundo de Investimento Multimercado	REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	1.233.245	1,024	1.263
				<u>1.263</u>

A REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. possui em sua estrutura o fundo exclusivo REAG Cash Fundo de Investimento Multimercado. O objetivo precípua do FUNDO é atuar no sentido de proporcionar a seus cotistas a valorização de suas cotas mediante aplicações de recursos financeiros em carteira diversificada de ativos financeiros. A alocação do FUNDO deverá obedecer às limitações previstas neste Regulamento e na regulamentação em vigor, principalmente no que tange a categoria a que o FUNDO pertence. Para os fins deste Regulamento, consideram-se ativos financeiros aqueles elencados no §5º do artigo 2º da Instrução CVM nº 555/14.

O fundo iniciou as operações em 2021 e abaixo apresentamos a composição da carteira findo em 30 de junho de 2022:



O fundo possui cotas de outros fundos, cujo perfil é aplicação de seu patrimônio líquido em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis nos mercados financeiro e de capitais em geral, sem o compromisso de concentração, mesmo que indiretamente, em nenhum mercado, ativo ou fator de risco específico.

6. Rendas a receber

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços prestados a receber (*)	828	1.271
	828	1.271

(*) Refere-se a valores a receber de clientes inerente a operação da Companhia.

O aging list dos valores a receber está demonstrado abaixo:

<u>Aging List</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer	48	35
Vencidos entre 1 a 30 dias	453	39
Vencidos entre 30 a 60 dias	215	-
Vencidos entre 60 a 90 dias	7	153
Vencidos entre 90 a 120 dias	58	-
Vencidos entre 120 a 180 dias	21	282
Vencidos entre 180 a 365 dias	22	761
Vencidos acima de 365 dias	4	-
Total Geral	828	1.271

A avaliação de perda de crédito é realizada para a carteira de clientes e foi constituída com base em análises de risco de crédito, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. Para o exercício findo em 30 de junho de 2022 não foram constituídas provisões para perdas.

7. Imobilizado

Segue a movimentação do ativo imobilizado:

Custo do imobilizado	Taxa média anual - %	Saldo em 31/12/2021	Adição (*)	Baixa	Saldo em 30/06/2022
Instalações	10%	136	177	-	313
Moveis	10%	285	93	-	378
Equipamentos	10%	395	272	-	667
		816	542	-	1.358
Depreciação		Saldo em 31/12/2021	Depreciação	Baixa	Saldo em 30/06/2022
Instalações		(20)	(14)	-	(34)
Moveis		(87)	(25)	-	(112)
Equipamentos		(76)	(51)	-	(127)
		(183)	(90)	-	(273)
Total Líquido		633	452	-	1.085
Custo do imobilizado	Taxa média anual - %	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2021
Instalações	10%	55	81	-	136
Moveis	10%	285	-	-	285
Equipamentos	10%	105	290	-	395
		445	371	-	816
Depreciação		Saldo em 31/12/2020	Depreciação	Baixa	Saldo em 31/12/2021
Instalações		(8)	(12)	-	(20)
Moveis		(41)	(46)	-	(87)
Equipamentos		(24)	(52)	-	(76)
		(73)	(110)	-	(183)
Total Líquido		372	261	-	633

(*) Refere-se, substancialmente, a aquisição de equipamentos de informática, como por exemplo, notebooks, monitores. Na linha de instalações, refere-se a reforma para ampliação do espaço física da Companhia, pela acomodar o crescimento no quadro de funcionários.

8. Obrigações tributárias

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para IRPJ e CSLL	-	69
ISS	50	33
COFINS	77	65
PIS	12	11
Impostos retidos (PIS, COFINS e IRRF)	31	15
	<u>170</u>	<u>193</u>

9. Obrigações trabalhistas

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários	170	125
13º Salários	73	-
Impostos e contribuições	38	52
Férias	180	136
INSS e FGTS	197	47
	<u>658</u>	<u>360</u>

10. Credores Diversos

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores (*)	706	678
Adiantamento de clientes	239	-
	<u>945</u>	<u>678</u>

(*) Refere-se a valores a pagar de fornecedores inerente a operação da Companhia, tais como: aluguéis, condomínios, licença de software, entre outros.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2022 o capital social da Companhia é de R\$ 1.300 (R\$ 800 em 31 de dezembro de 2021), divididos em 800.000 (oitocentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de março de 2022, a acionista aprova o aumento de capital no valor de R\$ 500, mediante a transferência do saldo de reservas de lucros. Desta forma o capital social da Companhia é de R\$ 1.300, dividido em 800.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

b) Resultado do semestre

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 a Companhia apurou o lucro líquido de R\$ 275 (lucro líquido de R\$ 339 em 30 de junho de 2021).

c) Reserva legal

A Reserva Legal é constituída a partir do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O valor em 30 junho de 2022 é de R\$ 71 (R\$ 42 em 30 de junho de 2021).

d) Reserva de lucros

Conforme estatuto social, o saldo remanescente após a constituição da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios ficará à disposição da Assembleia que decidirá sua destinação, podendo, inclusive, mantê-lo em uma das contas de reserva prevista nos artigos 194 a 194 da Lei 6.404/76. Desta forma, em 30 de junho de 2022 o saldo da reserva de lucros era de R\$ 282 (R\$ 173 em 30 de junho de 2021).

d) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme ata de reunião da diretoria realizada em 29 de março de 2022, os diretores da Companhia aprovaram, sem qualquer ressalva, a distribuição de dividendos para a acionista, no valor de R\$ 559. Os juros de capital próprio pagos foram de R\$ 98.

12. Receitas da intermediação financeira

	30/06/2022	30/06/2021
Receitas da intermediação financeira		
Receitas por valorização de cotas (*)	77	14
	77	14

(*) Refere-se à valorização das cotas que a Companhia possui, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

13. Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Receitas de prestação de serviço		
Receita de administração de carteira de clientes (*)	9.958	5.371
Receita de assessoria financeira	-	210
Receita de custódia	223	70
Outros serviços (**)	563	42
	<u>10.744</u>	<u>5.693</u>

(*) Refere-se ao gerenciamento da carteira de investimentos em operações financeiras diversas.

(**) Refere-se ao recebimento relacionado a rebate de operações de câmbio e serviços de intermediações financeiras.

14. Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Despesa com pessoal		
Benefícios e treinamentos	(970)	(257)
Encargos sociais	(449)	(170)
Proventos	(1.182)	(501)
Outros	(145)	(36)
	<u>(2.746)</u>	<u>(964)</u>
Despesa administrativa		
Aluguel e condomínio	(1.556)	(943)
Despesa de água e energia	(120)	(80)
Despesa de manutenção	(695)	(459)
Despesa com licença de uso (***)	(640)	(747)
Despesa desenvolvimento	(959)	(157)
Serviços de terceiros (*)	(1.519)	(1.013)
Despesa de comunicação	(207)	-
Despesa de materiais	(79)	-
Depreciação	(90)	(46)
Seguro	(17)	(25)
Outras despesas (*)	(857)	(201)
	<u>(6.739)</u>	<u>(3.671)</u>
Despesas tributárias (**)		
ISS sobre faturamento	(238)	(124)
COFINS sobre faturamento	(432)	(228)
PIS sobre faturamento	(70)	(37)
IPTU e outros	(82)	(69)
	<u>(822)</u>	<u>(458)</u>

(*) Refere-se a serviços de auditoria externa, serviços de contabilidade e serviços jurídicos.

(**) Refere-se a tributos sobre o faturamento de receitas de prestação de serviço.

(***) Refere-se a licença de uso de software, para operação da Companhia.

(****) Refere-se, substancialmente, a despesas de viagem, despesas com doação, entre outros.

15. Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro real antes da compensação	611	633
Devido IRPJ - (15%)	(92)	(95)
Adicional - (10%)	(55)	(53)
Total de IRPJ	(147)	(148)
Lucro real antes da compensação	611	633
Devido IRPJ - (15%)	(92)	(127)
Total de CSLL	(92)	(127)
Total de IRPJ e CSLL	(239)	(275)

16. Contingências

A Companhia não é parte envolvida em nenhum processo judicial e/ou administrativo na esfera cível, trabalhista ou tributária, conseqüentemente, não foi registrada provisão para cobrir eventuais riscos.

17. Remuneração do pessoal-chave

Os administradores da Companhia não receberam remuneração fixa ou variável durante os semestres findos 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021.

18. Partes Relacionadas

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022 não houve transações entre partes relacionadas.

19. Outros assuntos

Impactos relacionadas a invasão russa na Ucrânia

A invasão russa na Ucrânia, juntamente com a imposição de sanções internacionais, tem um impacto econômico generalizado. Os negócios no Brasil podem ser severamente impactados pela interrupção da cadeia de suprimentos, volatilidade do mercado, risco de pagamento e aumento dos custos de commodities resultantes da invasão. O impacto é agravado pela decisão de algumas empresas globais de limitar ou cessar as operações na Rússia.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos, porém até a data da emissão das demonstrações financeiras não houve ajustes materiais a serem divulgados.

20. Eventos Subsequentes

A Medida Provisória n.º 1.115 de 28.04.2022 elevou a alíquota da CSLL no período de agosto a dezembro/2022 de 15% para 16% para as distribuidoras de valores mobiliários.

A Companhia está avaliando os possíveis impactos decorrentes da norma, que produzirá efeitos a partir de 01 de agosto de 2022, condicionado à sua conversão em lei.
